INFORMATIVO ANBIMA

Ano VII / Nº 87 / Dezembro 2016

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

DIRETORES E REPRESENTANTES DOS COMITÊS DEFINEM PLANO PARA 2017

Iniciativas miram a principal bandeira da Associação: o fortalecimento do mercado de capitais

O presidente Robert van Dijk coordenou, em 30 de novembro, encontro da Diretoria com presidentes e vice-presidentes de nossos comitês. Eles ratificaram o plano de ação 2017, que foi elaborado pelos comitês com o apoio da equipe interna da Associação ao longo dos dois meses anteriores.

O plano gira em torno da prioridade estratégica da Associação, que é fortalecer o mercado de capitais, e tem duas vertentes. A primeira são os temas norteadores – assuntos acompanhados de perto pela Diretoria em razão da relevância para o futuro dos mercados. A segunda são as cinco grandes áreas que elegemos como essenciais para as nossas ações: mercado primário, mercado secundário, base de investidores, autorregulação e educação (veja quadro na página 2).

O resultado do trabalho foi a definição das ações que serão priorizadas em 2017 pela Diretoria, pelos comitês e pela equipe interna da ANBIMA. "O plano de ação foi resultado de um amplo debate com representantes dos mercados que atuam nos comitês. Esse esforço é muito importante. Ele ajuda a entendermos as necessidades dos associados e a priorizarmos as ações de acordo com o que o mercado avalia ser mais importante", explica Robert.

Durante o primeiro trimestre de 2017, os diretores irão se dedicar também a construir uma visão de longo prazo, projeto que foi batizado de ANBIMA +5. O objetivo será traçar cenários para os mercados que representamos e construir um planejamento estratégico, considerando todos os pilares de atuação da entidade: representar, autorregular, informar e educar. "No plano que fechamos em dezembro, focamos no curto prazo, nas ações táticas para 2017. Agora, precisamos olhar mais à frente. Nossos mercados são muito dinâmicos e o Brasil também está passando por grandes transformações. Precisamos preparar a Associação para os novos desafios que enfrentaremos nos próximos cinco, dez anos", diz o presidente.

Crédito: Danilo Quadros

O QUE SÃO?

Temas norteadores

São assuntos acompanhados de perto pela Diretoria dada a relevância para os nossos mercados: tributação, previdência, distribuição, inovação tecnológica e internacionalização.

Objetivos estratégicos

São as cinco grandes áreas em torno das quais estão concentradas nossas iniciativas: mercado primário, mercado secundário, base de investidores, autorregulação e educação.

CONDUÇÃO DOS TEMAS NORTEADORES E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ENVOLVE INTERLOCUÇÃO COM REGULADORES E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS

Ações têm por objetivo posicionar a Associação como protagonista no debate de assuntos relevantes para o futuro de nossos mercados

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

VEJA QUAIS SERÃO NOSSAS PRINCIPAIS AÇÕES PARA CADA UM DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

MERCADO PRIMÁRIO

Aprimoramento dos instrumentos e do processo de ofertas

Há consenso de que devemos contribuir para o desenvolvimento de mecanismos que favoreçam o financiamento de longo prazo. Para isso, devemos apoiar e sugerir aprimoramentos nos critérios adotados nas concessões, de forma a garantir segurança jurídica e taxa adequada de retorno. Também queremos intensificar as interações com o BNDES, com o objetivo de estimular o banco a adotar estruturas de financiamento compartilhadas com o mercado de capitais, além de defendermos propostas de aprimoramentos da Lei 12.431, que concede benefícios fiscais a investidores que apliquem em papéis de longo prazo. Para 2017, as iniciativas de estímulo ao mercado primário também incluem formular sugestões para a normatização dos CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) e inclusão na autorregulação, aprimorar processo de distribuição de letras financeiras e incentivar a utilização de nossa proposta de padronização da escritura de debêntures.

MERCADO SECUNDÁRIO

Aumento da transparência e liquidez do mercado secundário de renda fixa

Vamos avançar na inclusão de novos ativos na precificação, como forma de fomentar o mercado secundário de títulos privados, principalmente. Esse estímulo passa ainda por outras formas de aumentar a liquidez dos títulos, como a contratação de market maker, o aluguel dos papéis e a utilização mercados eletrônicos.

Também queremos influenciar na discussão sobre a obrigatoriedade e as condições para registro e/ou depósito de ativos financeiros, bem como sugerir formas de padronizar os fluxos de informações entre os agentes de mercado e as centrais depositárias.

O estímulo ao mercado secundário também passará pela definição do papel e das responsabilidades do intermediário; pela disseminação de boas práticas que previnam condutas abusivas; e pela incorporação de questões ambientais, sociais e de governança na avaliação de risco dos investimentos.

BASE DE INVESTIDORES

Ampliação da base de investidores, com diversidade de agentes

As responsabilidades dos prestadores de serviços da indústria de fundos é o principal item a ser trabalhado em 2017, e envolverá a elaboração de uma proposta para melhor definição nas esferas regulatória, autorregulatória e legal.

Os fundos regulados pela Instrução CVM 555 também estão na pauta: com o avanço das discussões para a regulação sobre alavancagem desses produtos, queremos participar do debate e levar nossas propostas ao regulador. No campo da regulação também defenderemos uma proposta específica para fundos compostos de ativos isentos e fundos compostos com papéis de infraestrutura, enquadrados na Lei 12.431.

Os trabalhos para aumentar a base de investidores em 2017 passam ainda pela ampliação do público-alvo dos fundos estruturados, especialmente a oferta dos FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) ao investidor do varejo.

AUTORREGULAÇÃO

Mudança de foco do produto para a atividade

A revisão do Código de Fundos – que buscará avançar em regras com foco nas atividades e responsabilidades– será uma de nossas prioridades na autorregulação. Os anexos de fundos 555, ETF, FIDC e imobiliários, também contemplarão as responsabilidades dos agentes à luz das peculiaridades desses produtos.

Também entrou na agenda o projeto de categorização das gestoras, que buscará mapear focos de atuação das assets e sugerir um arcabouço de regras diferente e mais adequado para cada tipo de atuação, com o objetivo de otimizar regras e custos de observância.

O futuro Código de Distribuição também estará na pauta da autorregulação em 2017. A ideia será consolidar dois códigos hoje baseados em segmentos de mercado (Varejo e Private) em apenas um código focado na atividade de distribuição de produtos de investimento. A revisão do Código de FIP será outra iniciativa, dada a necessidade de modernização das regras frente às mudanças na regulação.

EDUCAÇÃO

Maior qualificação do agente de mercado e da informação ao investidor

A proposta de ampliação do público-alvo da CGA (Certificação de Gestores ANBIMA) será uma das nossas principais iniciativas na área de educação no próximo ano. Os debates apontaram preocupações quanto à equivalência da CGA com outras certificações já existentes, motivo pelo qual foi destacada a necessidade de as mudanças serem graduais.

A criação de uma classificação de fundos específica para os investidores e a criação de diretrizes que diferenciem práticas comerciais de iniciativas educacionais também entraram na agenda.

O escopo de atuação do Comitê de Educação de Investidores deve mudar para que o grupo apoie os demais organismos no sentido de considerar a "visão do cliente" em iniciativas que tenham impactos para os investidores pessoa física. >>

Crédito: Danilo Quadros

TEMAS NORTEADORES

Para cada um de nossos temas norteadores, foram estabelecidas diretrizes e iniciativas que levaremos adiante em 2017.
ACOMPANHE A SEGUIR O QUE FAREMOS PARA CADA UM DELES:

TRIBUTAÇÃO

Vamos trabalhar para construir um consenso em torno de uma agenda tributária para o mercado, que busque coesão, coerência, simplificação e simetria. Para isso, serão avaliadas as visões e sugestões apresentadas pelos comitês ao longo do ano, assim como propostas resultantes do diálogo com outras associações do mercado. Nosso plano inclui a interlocução com a Fazenda e com o BNDES em prol de mudanças tributárias que contribuam para a pauta de financiamento de longo prazo. O aprofundamento do relacionamento com a Receita Federal também permanece como foco de nossas ações.

PREVIDÊNCIA

Entram na agenda de 2017 iniciativas como o mapeamento dos gargalos e entraves regulatórios que inibem o crescimento da previdência complementar, avaliação de propostas específicas de outras entidades e a realização de estudos sobre o tema. A experiência internacional também embasará a discussão e a construção de propostas buscando o desenvolvimento dos regimes de previdência complementar e o seu fortalecimento como instrumento de poupança de longo prazo da população. Os esforços para isso exigirão manter e estreitar a interlocução com o governo, dando continuidade ao esforço para propor aprimoramentos regulatórios e desenvolver atividades de caráter educacional.

DISTRIBUIÇÃO

O mapeamento das estruturas de negócio das plataformas digitais será uma das principais ações no campo da distribuição em 2017. O objetivo é propor iniciativas de autorregulação para o segmento e contribuir para a construção de um ambiente regulatório que preserve a concorrência leal sem inibir a inovação. Ainda no campo da autorregulação do segmento, a proposta é construirmos um código único de Distribuição, em substituição aos atuais, por segmento (varejo e private).

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Serão reforçadas as nossas iniciativas de monitoramento e compartilhamento de informações sobre inovações tecnológicas que impactam os mercados financeiro e de capitais. O conjunto de iniciativas inclui workshops técnicos com as instituições do mercado e com os reguladores; mapeamentos sobre temas específicos; participação em pesquisas e iniciativas locais e internacionais que busquem explicitar e avaliar os impactos de novas tecnologias nas indústrias que representamos. Está prevista também a formação de grupo para compartilhamento de informações sobre cibersegurança, bem como atualização do guia lançado neste ano sobre o tema.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Este tema passa a ser incorporado às discussões dos comitês, dando sequência às propostas apresentadas no estudo que elaboramos sobre o tema. Reforçaremos nossas ações de ampliação de informações internacionais e direcionaremos iniciativas relacionadas a negócios, de forma mais abrangente, para o Instituto BRAiN (Brasil Investimentos & Negócios), entidade a que somos associados e cuja missão é articular ações que favoreçam a consolidação do Brasil como polo internacional de investimentos e negócios. A decisão reflete a importância do assunto, que aumenta à medida que cresce o volume de investimento estrangeiro no Brasil e vice-versa.

REUNE APRIMORA E DÁ TRANSPARÊNCIA À PRECIFICAÇÃO DE DEBÊNTURES

Sistema consolida e divulga dados de negociações no mercado secundário quatro vezes ao dia

Dados atualizados de operações de compra e venda de debêntures podem ser encontrados no REUNE (Registro Único de Negócios), uma plataforma de pré-registro de negociação desses papéis no mercado secundário. Ele divulga informações como preço, faixa de volume e taxa utilizada, que ajudam na precificação dos ativos. Esses dados podem ser consultados em nosso site a qualquer momento, sendo que os números são sempre disponibilizados em quatro horários: 11h, 13h, 16h e 18h, além de um acumulado do dia.

A partir da criação da ferramenta, o mercado teve acesso a informações mais tempestivas sobre as debêntures. "Um dos objetivos do sistema foi o de resolver a defasagem na divulgação dos dados e dar praticidade no acesso às negociações, conseguindo facilitar e aprimorar a formação de preços de valores mobiliários de renda fixa", conta o gerente de Preços e Índices, Sandro Baroni. Dessa forma, o sistema também contribui para dar transparência ao mercado secundário de debêntures e, consequentemente, fomentar os negócios com estes papéis.

Como entidade representativa dos mercados, um dos nossos quatro compromissos é prover e garantir aos diversos agentes o acesso a informações. Para o desenvolvimento do sistema, a buscamos referências em outros países e discutimos o projeto com a CVM. Os estudos mostraram que, em mercados mais maduros que implantaram iniciativas semelhantes, como o americano, registrou-se diminuição nos custos transacionais para o investidor final na medida em que o processo de descoberta dos preços foi facilitado.

O REUNE foi criado em 2012 e o registro dos dados no sistema era obrigatório desde então às instituições aderentes ao Código de Negociação de Instrumentos Financeiros. Em 2014 e em 2016, para automatizar esse processo, foram feitas parcerias com a Cetip e com a BM&FBovespa, respectivamente, já que estas duas instituições concentram as negociações de debêntures no mercado secundário.

Até o momento, o sistema oferece apenas os dados referentes a debêntures, mas o intuito é expandi-lo para outros papéis, como CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e CRAs (Certificados de Recebíveis Agrícolas).

COMO FUNCIONA?

As instituições aderentes ao Código de Negociação de Instrumentos Financeiros – são, atualmente, 110 ativas, operam debêntures na Cetip e na BM&FBovespa. Estas plataformas, automaticamente, alimentam o REUNE com as informações das operações. Os dados consistem em preço ou taxa do negócio; horário da operação; volume financeiro e identificação da debênture (nos códigos Cetip, BVMF ou ISIN).

Com essas informações, o sistema disponibiliza as referências de taxas, preços mínimo, médio e máximo de cada ativo e a faixa de volume das negociações (abaixo de R$ 1 milhão, entre R$ 1 e R$ 5 milhões e superior a R$ 5 milhões). Também é possível consultar informações diárias desde 31 de outubro de 2012.

Quando a operação envolve duas instituições cadastradas no REUNE, é preciso haver compatibilidade entre os dados, de forma que a ponta de venda indique a ponta de compra e vice-versa.

SANDRO BARONI
gerente de
Preços e Índices

Crédito: Danilo Quadros

ACESSE: anbima.com.br > Informar > Ferramentas > Preços e Índices > REUNE

INDICADORES REUNE

Com base no sistema, oferecemos uma publicação mensal que consolida e faz uma breve análise das informações. O Indicadores REUNE destaca os ativos mais negociados no período, os seus indexadores, o volume financeiro e o número de operações. Os dados são úteis para quem deseja analisar e acompanhar a liquidez do mercado secundário de debêntures.

CADASTRE-SE E RECEBA O INDICADORES REUNE GRATUITAMENTE POR E-MAIL:
https://goo.gl/6IgK4o

NOVOS SUBÍNDICES DO IMA SERÃO OPÇÃO DE BENCHMARKS PARA ETFS DE RENDA FIXA

IMA-B 5 P2 e IRF-M P2 possuem mecanismo de controle de prazo mínimo das carteiras

O IMA (Índice de Mercado ANBIMA), indicador composto por títulos públicos, ganhou dois subíndices: o IMA-B 5 P2 e o IRF-M P2. Ambos têm dispositivos de controle do prazo mínimo de suas carteiras, representando uma opção de benchmark para os ETFs (Exchange Traded Funds) de renda fixa.

"Buscamos sempre acompanhar a evolução dos mercados que representamos. O lançamento dos índices é uma iniciativa neste sentido. Nosso objetivo é entender as necessidades dos players e oferecer a eles ferramentas adequadas para que possam fomentar os negócios e, consequentemente, desenvolver o mercado", afirma Valéria Arêas, superintendente de Representação Técnica. A metodologia desses índices foi desenvolvida pelo Subcomitê de Benchmarks e aprovada no Comitê de Precificação de Ativos.

Os novos indicadores são adequados para os ETFs de renda fixa porque possuem um mecanismo de controle de PMR (Prazo Médio de Repactuação), o que permite o melhor enquadramento da carteira na tabela de tributação do produto. Isso porque o imposto de renda sobre os ETFs de renda fixa é vinculado ao PMR dos títulos das carteiras. São três faixas de cobrança decrescentes: 25% para PMR até 180 dias; 20% para PMR de 181 a 720 dias; 15% para PMR maior que 720 dias. O desenvolvimento desses índices foi motivado pelo perfil do IRF-M e do IMA-B 5, que apresentaram PMR enquadrados em faixas de tributação diferentes no histórico recente.

> **"Como a tributação do produto leva em conta o prazo médio da carteira, o mercado sentiu a necessidade da criação de índices específicos"**
>
> TATIANA GRECCO
> COORDENADORA DO SUBCOMITÊ DE ETF

Crédito: Mário Bock

O mecanismo de controle dos subíndices IMA-B 5 P2 e IRF-M P2 funciona da seguinte forma: a cada rebalanceamento das carteiras – quando as suas composições são atualizadas em virtude da evolução dos títulos em mercado, o que acontece mensalmente – é verificado qual é o PMR da carteira. Se este for de 780 dias ou mais, nada acontece, pois o investidor já estaria enquadrado na menor alíquota. Se o PMR for inferior a 780 dias, o dispositivo de controle é acionado, reduzindo a participação dos títulos de menor prazo, com o objetivo de se aproximar dos 780 dias. Dessa forma são evitadas as transições da carteira do índice entre as faixas de tributação. O prazo de 780 dias foi considerado como valor de segurança.

COMO UTILIZAR OS ÍNDICES

Os gestores de fundos podem utilizar todos os índices da família IMA para ETFs de renda fixa. Criamos uma política de licenciamento e fornecimento alinhada com a legislação vigente. Estão disponíveis estatísticas como retorno, carteira, eventos que influenciam os resultados, prévia da carteira teórica e negociação com os componentes. Se você deseja mais informações sobre o processo de licenciamento entre em contato com **comercial@anbima.com.br**.

Dúvidas técnicas sobre a metodologia podem ser esclarecidas pelo e-mail ***gepri@anbima.com.br***

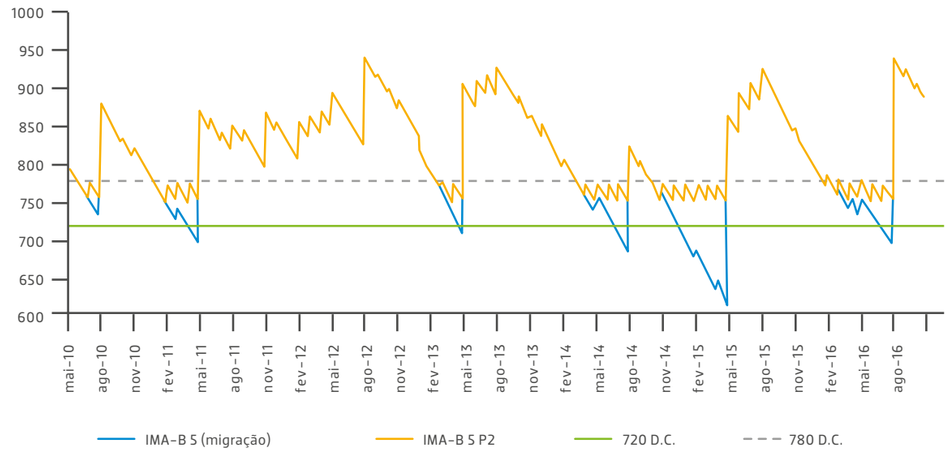
O QUE SÃO ETFs?

Os ETFs ou fundos de índices são fundos com cotas negociadas em bolsas de valores. Sua gestão é passiva, isto é, busca acompanhar o resultado de um índice de referência que seja reconhecido pela CVM.

No mercado brasileiro, estes fundos começaram por renda variável, acumulando patrimônio líquido de R$ 4,1 bilhões até novembro. A expectativa é que os ETFs de renda fixa deslanchem com o programa Issuer Driven ETF da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) e do Banco Mundial, que apoiarão o lançamento do Fundo de Índice de Renda Fixa – referenciado em índices de títulos públicos (prefixados ou remunerados por índices de preço). Segundo a STN, o programa visa democratizar o acesso a produtos de poupança eficientes e aumentar a competitividade em relação a serviços financeiros.

COMO FUNCIONA O MECANISMO DE CONTROLE DO PMR DOS ÍNDICES?

O PMR (Prazo Médio de Repactuação) dos títulos que compõem a carteira é verificado mensalmente. Sempre que o PMR for inferior a 780 dias, o dispositivo de controle dos índices da série P2 é acionado, reduzindo a participação dos papéis de menor prazo, levando-os para 780 dias. Esse número de dias foi definido com base stress tests, que simulam situações extremas de mercado. Esse parâmetro será constantemente monitorado pelo Subcomitê de Benchmarks, que avaliará a sua adequação às condições futuras.



O gráfico abaixo apresenta a evolução do PMR do IMA-B 5 e do IMA-B 5 P2. A linha tracejada representa o valor de segurança (780 dias) e a linha verde mostra o prazo de 720 dias corridos. O dispositivo de controle do PMR evita que, ao longo dos períodos de vigência das carteiras teóricas, observe-se prazos inferiores a 720 dias.

"NÃO HÁ MESTRADO OU DOUTORADO QUE SE COMPARE À EXPERIÊNCIA NA ANBIMA"

A opinião é de Valdecyr Gomes, nosso vice-presidente, que deixa a Diretoria no mês de dezembro

Qualquer conversa rápida com o nosso vice-presidente Valdecyr Gomes revela algumas de suas maiores características: o bom senso, a serenidade e a habilidade com as palavras. Ele deixa a Diretoria em dezembro e destaca o espírito colaborativo das atividades da Associação. "A ANBIMA é preciosa por isso. As discussões são de alto nível, sempre buscando evolução e excelência nos assuntos em pauta. Não há mestrado ou doutorado que se compare à experiência", afirma.

Valdecyr participa da Associação desde 1996, quando passou a integrar os comitês jurídicos, e entrou para a Diretoria em 2006. Nesses anos de militância, destaca o envolvimento na criação do Código de Processos, que estabelece como devem ser conduzidas as investigações e os processos por descumprimento dos códigos de autorregulação. "O código serve de respaldo para todos os outros. É um alicerce para autorregulação de forma plena", conta.

Profundo conhecedor do Sistema Financeiro Nacional, ele atribui o conhecimento à sua passagem pelo CRSFN (Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional), o Conselhinho, no qual foi nosso representante por quatro anos. O órgão é responsável por julgar os recursos das decisões do Banco Central, da CVM e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). "Esse trabalho me permitiu conhecer por dentro o que não funcionava no Sistema Financeiro Nacional. Foi uma fase de experimentação", diz.

A participação em organismos e entidades de classe se soma a uma trajetória profissional bem sucedida no mercado. Advogado, Valdecyr entrou no mundo financeiro quando ainda era estudante da Universidade Federal Fluminense. Começou a carreira no antigo Banco Garantia, no qual ficou por sete anos. Saiu e passou no concurso público para fiscal de renda, mas ocupou o cargo por apenas um curto período. "Tive certeza que não sirvo para atividades burocráticas", conta. Em 1990, começou a trabalhar na Brookfield como diretor. Participou de importantes operações como a criação da asset, a parceria com o Mellon Bank (hoje BNY) e a venda dos títulos da corretora do grupo no IPO das Bolsas. Ocupou diversos cargos executivos até tornar-se CEO do Banco Brascan e, depois, managing partner da Brookfield e head para Private Equity na América Latina, cargo que deixou em setembro. Ao final de dezembro, sairá também de nossa Diretoria.

São 26 anos de Brookfield e, segundo ele, é hora de uma pausa. Valdecyr se diz realizado profissionalmente e garante que não há intenção de parar. Apenas a certeza de que é hora de mudar, ainda que não tenha definido exatamente os novos rumos. "Ainda tenho mais dez, 12 anos de contribuição para o Brasil", diz.

Crédito: Ricardo Rollo

Dentre suas experiências na ANBIMA, **VALDECYR GOMES** destaca a criação do Código de Processos e a participação como nosso representante no Conselhinho

ANBIMA

Publicação mensal com as principais notícias institucionais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

www.anbima.com.br

Redação: Flávia Nosralla e Paula Diniz
Edição: Marineide Marques
Projeto gráfico: Atelier Carta Comunicação e Projetos Especiais

Rio de Janeiro: Av. República do Chile, 230 – 13º andar – CEP 20031-170 – Tel: + 21 3814 3800
São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501 – 21º andar – CEP 05425-070 – Tel: + 11 3471 4200

Presidente: Robert van Dijk

Vice-Presidentes: Carlos Ambrósio, Flavio Souza, José Olympio Pereira, Márcio Hamilton Ferreira, Pedro Lorenzini, Sérgio Cutolo, Valdecyr Gomes e Vinicius Albernaz

Diretores: Alenir Romanello, Celso Scaramuzza, Felipe Campos, Fernando Rabello, José Eduardo Laloni, Luiz Chrysostomo, Luiz Fernando Figueiredo, Luiz Sorge, Renato Oliva, Richard Ziliotto, Saša Markus e Vital Menezes

Conselho de Ética: Luiz Masagão Ribeiro (presidente) e Lywal Salles Filho (vice-presidente)

Comitê Executivo: José Carlos Doherty, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino